

## **Proximidades e distanciamentos nas relações político-culturais entre Brasil e Portugal no final do XIX e início do XX**

\*Luciana Lilian de Miranda

**Resumo:** Este texto busca desenvolver algumas das questões suscitadas na pesquisa de doutorado acerca das representações construídas pelas elites intelectuais e políticas portuguesas e brasileiras sobre as relações luso-brasileiras, nos anos finais do século XIX até o término da I República Portuguesa, em 1926. Nesse trabalho procuraremos refletir acerca das relações entre Brasil e Portugal tendo como referência as representações elaboradas pela diplomacia portuguesa e algumas publicações de viés lusobrasileiro e de grupos de intelectuais vinculados ao nacionalismo radical brasileiro.

**Palavras-chave:** relações, Brasil-Portugal e representações.

**Abstract:** This text aims to develop some issues raised in the PhD research on the representations made by Portuguese and Brazilian political and intellectual elites about the relation between this two countries. The period of the analysis is the latest years of the nineteenth century until the end of the First Portuguese Republic in 1926. In this paper we propose a reflection of the relations between Brazil and Portugal, using representations made by the Portuguese diplomacy, Portuguese-Brazilian publications and others from intellectual groups linked to the radical nationalism in Brazil.

**Keywords:** relations, Brazil-Portugal and representations.

### **1. Introdução**

As relações lusobrasileiras encontram-se atualmente em relevo. A grande mídia enfatizou as visitas mútuas entre os governos brasileiro e português, no decorrer dos últimos anos. Discutiram-se e firmaram-se alguns acordos no plano comercial, político e cultural. Mais recentemente divulgou-se um alto investimento da empresa aeronáutica brasileira Embraer em Portugal, entre discursos calorosos do presidente Lula da Silva e o primeiro ministro José Sócrates (*Mundo Lusíada*, 2008).

Foram tomadas algumas medidas quanto a regularização dos numerosos imigrantes brasileiros em Portugal (Lisboa, *Diário de Notícias*, 2004) e vivenciamos um clima de intenso e polêmico debate em torno da implantação do novo Acordo Ortográfico entre os países de Língua Portuguesa. Não podemos nos esquecer das celebrações (exposições, congressos, palestras, edição de livros, etc.) ao longo de 2008 para comemorar os duzentos anos da chegada da Corte Real Portuguesa ao Rio de Janeiro (1808).

---

\* Universidade Nova de Lisboa (UNL), doutoranda em História, bolsista da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT - Portugal).

Todos esses acontecimentos ocorridos no presente trazem leituras e (re) leituras das relações históricas entre os dois países. É interessante acompanhar nesses episódios algumas retóricas e discursos diplomáticos que rememoram representações do passado da relação lusobrasileira dos anos de 1920, por exemplo.

As proximidades atuais entre os governos dos dois países, gerando elogios e críticas, assim como, as manifestações de cordialidade e também de preconceitos entre brasileiros e portugueses tornam ainda mais relevante o tema da nossa pesquisa. A vivência em Lisboa e a necessidade de construir um sentimento de pertença aguçaram o nosso interesse pelo tema.

Arnaldo Saraiva ao realizar um estudo sobre as relações entre o modernismo brasileiro e o português, cita um conjunto de eventos que marcaram significativamente o ano de 1909, o que leva a considerá-lo como um ano simbólico do lusobrasilismo. Nesse ano conheceram-se João de Barros e João do Rio e idealizaram a revista lusobrasileira *Atlântida*. É também o ano em que João do Rio escreve em Portugal e envia algumas de suas crônicas para os jornais do Brasil, posteriormente reunidas no livro *Portugal d'agora* publicado em 1911. (SARAIVA, 2004:24).

Recordemos ainda outros acontecimentos relevantes nas relações político-culturais “brasilusas”, como nomeou o escritor brasileiro Guimarães Rosa, entre os anos de 1909 até o final dos de 1920. Dentre os mesmos, as mudanças provocadas pela instauração da República portuguesa e o aumento da emigração para o Brasil. A fundação da Embaixada no Rio de Janeiro, a publicação de revistas focadas na promoção do intercâmbio cultural entre os dois países, tais como: *A Águia* (1910-1932), *Orpheu* (1915), *Atlântida* (1915-1920) e *Terra de Sol* (1924-1925). Registrou-se também a inauguração dos estudos brasileiros em Portugal.

Acrescentemos a esses eventos; a celebração de alguns acordos comerciais e literários, as visitas de estadistas brasileiros à Portugal; Presidentes Hermes da Fonseca (1910) e Epitácio Pessoa (1919) e do Presidente português; António José de Almeida (1922) ao Rio de Janeiro. Não se deve esquecer todas as representações e significados simbólicos despertados pela travessia aérea (Lisboa-Rio de Janeiro, também em 1922), assim como, a publicação da obra monumental dirigida por Carlos Malheiro Dias, *História da Colonização Brasileira* (entre 1921 e 1926).

Entretanto, não só os entusiasmos lusófilos e brasilófilos alimentaram as relações entre Portugal e Brasil. Desde o final do XIX até os anos de 1920 do século XX, instaurou-se uma onda de leituras e manifestações antilusitanas na cena brasileira. Sob a forma do movimento “Jacobino” no Governo Floriano Peixoto (1891-1894) e nas ações da campanha nacionalista radical que perpassou outros governos republicanos do período<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Destacadamente os Governos: Prudente de Moraes (1894-1898), Hermes da Fonseca (1910-1914) e Epitácio Pessoa (1919-1922).

Para melhor exposição das discussões, propomos refletir sobre as representações veiculadas em algumas publicações criadas por grupos de intelectuais brasileiros e portugueses acerca das relações entre os dois países, nas décadas de 1910 e 1920. Iniciaremos com a apresentação de uma revista que propunha um intercâmbio cultural brasiluso e, em seguida, passaremos ao pasquim *Gil Blas*, uma espécie de portavoz dos setores nacionalistas radicais brasileiro.

## **2. *Atlântida*: uma revista lusobrasileira**

Devemos refletir acerca da importância da criação de revistas lusobrasileiras, cuja proposta fundamental era promover o intercâmbio cultural entre os dois países. Uma forma de conhecimento mútuo das produções literárias e históricas que permitisse uma melhor compreensão do “outro” e também uma aproximação ou, em certos contextos, posturas críticas e discordantes. No entanto, encontra-se sempre presente uma perspectiva de troca configurada por tensões e que permanece como uma espécie de fio condutor da concepção que norteia a nossa pesquisa.

Interessa-nos as representações elaboradas nos artigos dessas publicações em torno das relações histórico-culturais entre Brasil e Portugal e menos as questões propriamente literárias. Tais projetos foram movidos por intelectuais de ambas as nacionalidades que reconheciam a riqueza desse intercâmbio como forma de aprofundar as ligações brasilusas, por meio de diálogo travado em português.

Dessa forma, a barreira da distância poderia ser minimizada com a produção desses informativos que permitiam conhecer os temas, as obras filosóficas, históricas e literárias, os quais atingiam o público brasileiro e português. Para isso, defendiam esses intelectuais, era fundamental viabilizar a circulação consistente dessas revistas em ambos os países e também publicar escritores brasileiros em Portugal e portugueses no Brasil.

A revista *Atlântida* foi fundada com esse propósito; de estabelecer um diálogo profícuo e duradouro entre os intelectuais e as sociedades brasileira e portuguesa. Ao menos em termos quantitativos, superou as outras publicações lusobrasileiras da época.

Para situar brevemente o contexto político Português, devemos dizer que foi longa e complexa a luta republicana contra a Monarquia, que contou com a progressiva diminuição das forças monárquicas e o crescimento da propaganda republicana.

O Partido Republicano, a Maçonaria, a Carbonária, unidades da Marinha e do Exército e forças populares organizaram o movimento de 5 de Outubro de 1910, que implantou o regime republicano no país. Com a proclamação da República, o Partido Republicano Português

(PRP) legitimou a revolução e nomeou um governo provisório que se estendeu até Setembro de 1911. (ROSAS, 2004).

Os conflitos políticos acirrados pela divisão entre os próprios republicanos dominaram a cena. No entanto, um breve período apaziguador ocorreu durante o Governo da *União Sagrada*, entre Março de 1916 a Abril de 1917, na situação extrema da I Grande Guerra. Tratou-se de uma fase excepcional de entendimento político diante do contexto delicado. Os grupos republicanos divergentes uniram-se em defesa das sagradas causas da independência e da integridade nacional.

Todavia, a entrada de Portugal na Guerra, aliando-se aos países da Tríplice Entente, gerou um grande desgaste do governo republicano. O descontentamento dos setores sociais que se opuseram à entrada do país no conflito, a crise dos abastecimentos, a desvalorização da moeda e o desequilíbrio das finanças acirraram as críticas ao governo.

Em linhas gerais, após a guerra vivenciou-se um período de aprofundamento da instabilidade política do regime. A situação de grande crise socioeconómica, a fragilidade da democracia e a incapacidade política da República parlamentar produziram as condições para a intervenção do Exército. O movimento de 28 de Maio de 1926 derrubou o regime republicano e implantou uma ditadura militar no país.

A queda do regime republicano e a instauração da ditadura militar fortaleceram as bases autoritárias e conservadoras que deram suporte a implantação do Estado Novo Salazarista em 1932-33. Como sabemos, um regime orientado pelos princípios da democracia parlamentar foi restaurado somente com a Revolução de 25 de Abril de 1974.

Nesse contexto da I República foi idealizada, entre os anos de 1908 e 1909, a revista *Atlântida*. Época em que se estabeleceu o contato entre os dois “Joões”; o pedagogo-escritor português João de Barros e o jornalista-escritor brasileiro João Paulo Barreto, cujo pseudônimo era João do Rio. Duas conhecidas personalidades defensoras do lusobrasilismo. Constituíram-se como diretores da revista criada apenas em Novembro de 1915 e publicada até 1920, totalizando 48 números.

Impressa e administrada em Lisboa, editada por Pedro Bordalo Pinheiro, a revista era patrocinada pelos ministros das Relações Exteriores do Brasil e dos Estrangeiros e Fomento de Portugal, em destaque na contracapa do mensário. Nota-se, ainda, dedicatórias elogiosas dos respectivos ministros (Lauro Muller, Augusto Soares e Manuel Monteiro) no número inaugural, conferindo, por assim dizer, uma vertente mais oficial ao informativo.

A revista, cujo subtítulo dizia; “mensário artístico, literário e social para Portugal e Brasil”, foi concebida com o um certo sabor de aventura e espírito de amizade e colaboração, como refere João de Barros na primeira edição:

*D’este modo, a Atlantida surge com um pouco de espirito aventureiro dos velhos navegadores portugueses e com muita energia ardente e moça que deu ao Brazil o seu esplendor de civilização. E em frente do Mar – que, n’esta hora de sol pleno, é todo uma fulguração de luz triunphante – não duvido já dos destinos da Atlantida: - ela será como uma grande voz, de multiplos echos, a vibrar na mesma palavra de amor sobre as duas margens distantes do vasto Oceano, que a leva cantando, e cantando a faz voar d’onda em onda. (BARROS, 1915:9)*

Foram publicados vários artigos sobre questões relevantes para a compreensão das relações luso-brasileiras, tais como: as marcas e tradições impressas pela colonização portuguesa no Brasil, os “significados” do Brasil na História de Portugal, preocupação com melhorias na navegação entre Portugal e Brasil, defesa de uma convenção-literária (intercâmbio literário-cultural), sobre o ensino brasileiro, maior proximidade nas áreas artísticas e musicais dos dois países, acordos econômicos e comerciais, dentre outros.

Uma primeira leitura da *Atlântida* nos permite apreender que os conteúdos do mensário recobrem uma área de discussão mais vasta do que o direcionamento sugerido no título da revista. Não se trata somente de artigos voltados para os temas artístico, literário e social, mas também, de reflexões sobre a política internacional, na sua vertente econômica. Tais questões, provavelmente, foram mobilizadas pelo contexto da Primeira Grande Guerra, fazendo-se presente em diversos números.

A aproximação entre Portugal e Brasil, como era de se esperar, é tratada em diversos artigos, sobretudo por meio de um espaço de discussões e entrevistas chamado de “Inquérito”, no qual apresentam-se opiniões de diversas personalidades sobre o projeto de uma Confederação Lusobrasileira<sup>2</sup>.

Entre os anos de 1908 e 1909, o projecto de uma unidade lusobrasileira via confederação era defendido e propagado por membros da Academia das Ciências de Lisboa (Bittencourt Rodrigues, Coelho de Carvalho e João de Barros) e também por Consiglieri Pedroso, presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa. Ideia semelhante, em que se propunha a união política entre os dois países, já havia sido defendida em outros momentos.

No número vinte da *Atlântida*, o debate acerca da Confederação é apresentado por meio de uma entrevista de João de Barros à Bittencourt Rodrigues. O tema foi assim anunciado: “Uma ideia a defender: a Confederação Luso-Brasileira – será possível uma nova e grande lusitania?”

---

<sup>2</sup> Conferir os n.ºs. 20, 21, 23 e 26 da revista, pp. 659-673; 771-773; 964-966; 261-270, respectivamente, 1917.

Bittencourt Rodrigues fala do surgimento do projecto e expressa uma defesa apaixonada da união institucional entre os dois povos que compartilham a mesma língua e tradição cultural. Tratar-se-ia de um sentimento partilhado entre setores da sociedade portuguesa e brasileira. Sílvio Romero, Olavo Bilac e Oliveira Lima foram referidos por Rodrigues como escritores brasileiros favoráveis a tal projeto.

Trata-se de um tema bastante polêmico, principalmente se considerarmos as manifestações nacionalistas xenófobas em relação aos portugueses e à cultura lusa no Brasil, desde o final do século XIX até os anos de 1920. Nesse período, há uma tensão expressiva entre as relações de poder construídas pela elite da colônia portuguesa no Rio de Janeiro e alguns segmentos da elite intelectual e política brasileira. (ALVES, 1999).

A elite portuguesa monopolizava parte da imprensa carioca, do capital financeiro e comercial, influenciando nos rumos da política nacional. Ao lado disso, havia uma disputa pelas vagas no mercado de trabalho urbano, ainda em consolidação, entre os nacionais e os trabalhadores portugueses, que se instalaram principalmente nas cidades.

A que se reconhecer os méritos da revista *Atlântida*, ao lançar luz à várias questões de interesse comum às sociedades portuguesa e brasileira, esclarecendo problemas de ordem literária, artística, histórica, política, econômica e social.

Destacou-se ainda pela ousadia do projeto editorial. Apesar das dificuldades no plano interno e externo, manteve-se como uma publicação mensal, ao longo de cinco anos de edição. No histórico elaborado por Rita Correia, acrescenta-se outras informações:

*Revista de elites e para elites, a viabilidade financeira da Atlântida assentava, provavelmente, nas assinaturas, em alguma publicidade e nos apoios e colaborações voluntariosas dos que lhe asseguravam conteúdo. Cada número da Atlântida tem em média 100 páginas, que seguem uma numeração contínua dentro de cada ano de edição. Não há informação sobre a tiragem. (CORREIA, 2008).*

No entanto, ao se fazer um balanço da revista, haveria também aspectos negativos a serem considerados na avaliação de Arnaldo Saraiva. Um ponto sensível no mensário que fôra concebido para o público lusobrasileiro revelava-se no desequilíbrio quantitativo entre a colaboração portuguesa e brasileira, com maiores espaços conferidos aos escritores portugueses. Outra fato negativo teria sido a sobrevalorização de escritores acadêmicos ou literariamente conservadores e o negligenciamento em relação aos renovadores. (SARAIVA, idem:129).

### 3. *Gil Blas*: nacionalismo e xenofobia

O semanário *Gil Blas*, criado em 1919 e editado até 1923, atuou como porta-voz do nacionalismo radical e xenófobo. Foi dirigido por Alcebíades Delamare, defensor de posições autoritárias de governo e simpatizante do fascismo e do antissemitismo. O caráter antilusitano da publicação perdurou até 1922, quando acentuou-se o viés católico devido a aproximação de Delamare às concepções nacionalistas vinculadas ao catolicismo. (ALVES, idem:149).

Os artigos e caricaturas apresentam mensagens agressivas e preconceituosas, reforçando estereótipos sobre os imigrantes portugueses. Em artigo contra a ideia de uma Confederação lusobrasileira, divulgou-se a seguinte visão:

*Devemos pensar que já é superflua e anormalíssima a preponderancia do portuguez, no Brasil. Em geral, o imigrante abandona a santa terrinha, de casaco rôto e tamancos sem meias, e vem nos estorvar, com a sua avareza, a sua insolencia e a sua ignorancia. A nossa boa fé o acolhe principescamente.* (*Gil Blas*, nº. 19, 1919:2)

Conforme referido anteriormente, desde o final do século XIX instauraram-se movimentos de expressão nacionalista radical e com forte discurso antilusitano no contexto brasileiro. (ALVES, idem:113-175).

A instabilidade econômica e política revelou-se como um aspecto marcante da primeira década do regime republicano brasileiro. A política externa passou por uma reordenação que visava uma maior proximidade com os EUA, em busca da proclamação de uma “fraternidade americana”. A Europa era identificada com os regimes políticos monárquicos pelos republicanos brasileiros, especialmente os radicais.

A Revolta da Armada, em Setembro de 1893, contra o Governo Floriano Peixoto exacerbou as tensões com a diplomacia estrangeira, sobretudo pela intervenção das esquadras estrangeiras (Grã-Bretanha, França, Itália, Alemanha, Portugal e EUA) fundeadas na Baía de Guanabara.

O sentimento antilusitano e os florianistas radicais (alcançados de “Jacobinos”<sup>3</sup>) fortaleceu-se com a intervenção do comandante português Saldanha da Gama na revolta. O fato de ter concedido asilo aos rebeldes, seguido da fuga dos mesmos, parecia corroborar as suspeitas de que Portugal conspirava para restaurar a monarquia, estimulando as

---

<sup>3</sup> O uso da terminologia *Jacobino* foi associado à Revolução Francesa (ao Terror), no entanto Anibal Mascarenhas procurou separar o jacobinismo brasileiro do francês. “Enquanto os brasileiros patriotas eram a favor da tolerância religiosa, da garantia da propriedade, do sufrágio universal, do federalismo e da autonomia municipal; o jacobinino francês ‘queria o exclusivismo nacionalista mais absoluto, nós apenas trabalhamos por impedir a preponderância dos estrangeiros, sem excluí-los da nossa comunhão social’”. Citado em ALVES, Jorge Luís dos Santos, *ibid.*, p. 132.

manifestações lusófonas. Tal acontecimento levou ao rompimento das relações diplomáticas com Portugal em 13 de Maio de 1894. Encontramos uma vasta documentação sobre o desenrolar desse episódio no acervo do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa.

A ira dos florianistas radicais e suas reações ao governo Prudente de Moraes, sucessor de Floriano Peixoto, cresceram à medida que o poder público buscava uma estabilização política. Foram reatadas as relações diplomáticas com Portugal, em Outubro de 1895, e concedida anistia aos revoltosos da Armada e do Rio Grande do Sul.

A partir da presidência de Campos Salles (1898-1902), assistiu-se a consolidação do poder das oligarquias dentro de um novo pacto político que marginalizava aqueles setores sociais que tinham dado sustentação ao florianismo e à sua vertente mais radical. No entanto, o nacionalismo e a lusofobia permaneceram como agentes capazes de mobilizar a população, especialmente a urbana.

No início do século XX, conservavam-se vestígios da campanha xenófoba antilusitana que marcara a cidade do Rio de Janeiro nos governos Floriano Peixoto e Prudente de Moraes. A colônia portuguesa ainda se debatia contra a presença do jacobinismo na imprensa brasileira ou nos meios governamentais.

O revigoreamento da campanha xenófoba tornou-se evidente numa conjuntura de crise econômica vivenciada no Governo Hermes da Fonseca, nos anos de 1910-1914. A eclosão da I Guerra em 1914 acirrou o clima de tensão social que já se verificava em 1913. O contexto da guerra acrescentou enormes dificuldades aos pobres urbanos afetados pelo desemprego ou pelos salários corroídos pela conjuntura inflacionária.

A presença do imigrante português no mundo do trabalho como operário e militante anarco-sindicalista e no mundo do capital na figura do comerciante taxado como “açambarcador”, foi incorporada ao imaginário de uma vertente do nacionalismo brasileiro; o “nacionalismo radical”. Essa visão antilusa foi elaborada como instrumento de intervenção na realidade social e política do país, nos anos dez e vinte.

Durante a Primeira Guerra Mundial multiplicaram-se as organizações e publicações de cunho nacionalista que tinham como premissas básicas a denúncia da exploração do Brasil pelo estrangeiro, considerado agente de perturbação da ordem social. Estas questões foram explicitadas na revista *Braziléa* (1917-1918), no semanário *Gil Blas* (1919-1923), na *Propaganda Nativista* (fundada em 1919) e na *Ação Social Nacionalista* (fundada em 1920).

Apesar dos apelos em prol de uma união, havia disputas entre os grupos nacionalistas da época, com posicionamentos ideológicos divergentes. Os nacionalistas reunidos em torno de

Álvaro Bomílcar, Alcibíades Delamare e Jackson de Figueiredo compartilhavam o viés xenófobo e divulgaram essa visão em livros, na revista *Braziléa* e no *Gil Blas*. Além de defender o seu posicionamento, esse grupo tinha que se afirmar em relação a outras associações nacionalistas que não partilhavam da vertente xenófoba, como a *Liga de Defesa Nacional*, fundada por Olavo Bilac em 1917. (ALVES, *ibid.*:144-145).

Na pesquisa documental realizada no Arquivo Histórico Diplomático do MNE-Lisboa, (A.H.M.N.E.) nos deparamos com uma vasta documentação (recortes de jornais, relatórios, etc) enviadas pelos Consulados portugueses no Brasil do Pará, Manaus, Rio de Janeiro e Porto Alegre relatando os incidentes e tumultos contra a colônia portuguesa, organizados pelo movimento nativista brasileiro.

Essas fontes permitem observar que as publicações e manifestações lusófonas no Brasil produziram ações de defesa dos valores e direitos dos portugueses. Foram divulgados panfletos de grêmios e associações lusas em resposta aos insultos dos grupos nativistas brasileiros, assumindo em alguns casos um discurso também xenófobo. Há ainda registros de panfletos distribuídos em Lisboa, cujo conteúdo expressa esse viés brasilófono.

Em 21 de dezembro de 1920, foi encaminhado ao Gabinete do Ministério do Interior um panfleto distribuído nas ruas de Lisboa, recolhido pela Polícia Cívica. Intitulado; “Ao Povo Portuguez – Brado Patriótico!!!: Resposta aos insultos selvagens”, conclamava os portugueses a demonstrar a sua indignação contra o nativismo brasileiro e receber os marinheiros brasileiros que viriam à Lisboa sem qualquer cordialidade:

*“Portuguêses! Nas ruas de Lisboa não acolherão os nossos sorrisos de simpatia as hordas de mestiços que, no Brazil, enxovalham os nossos irmãos ... São eles filhos de um país que, por todos os títulos, nada mais merece que a nossa simples indiferença. Um país que os portugueses fizeram, que lhe deram a lingua e alguma coisa de bom que por lá possa haver... Manifestantemo-nos condignamente à sua chegada. É um dever de portuguêses. Abaixo os macacos!”*. (A.H.M.N.E.,1920).

O governo Epiácio Pessoa procurou minimizar a faceta xenófoba do movimento nacionalista e dava suporte ao mesmo, pois reconhecia a sua força enquanto instrumento político-ideológico naquela conjuntura de crise econômica e social.

As relações diplomáticas Portugal-Brasil, apesar dos conflitos gerados pelas reações lusófonas e as medidas de nacionalização tomadas pelo governo brasileiro, foram direcionadas com o cuidado de se preservar a normalidade. Nesse sentido, corroborou o fato do assentimento do presidente português, António José de Almeida, ao convite para visitar o Brasil nas comemorações do Centenário da Independência Brasileira em 1922.

#### 4. Conclusão

O passado estabelece as “raízes” que liga o Brasil à tradição cultural portuguesa-européia. Seja para romper, negar ou para afirmar as proximidades, o pensamento produzido pela intelectualidade brasileira depara-se com a matriz cultural européia, e em especial, com a cultura portuguesa, responsável pela colonização desta parte da América que se inventou como nação brasileira.

Já dizia o escritor mexicano, Octavio Paz; a América nasce como uma utopia europeia. Carregamos este legado simbólico; antes de termos uma existência histórica própria, começamos por ser uma ideia europeia. “País do futuro”, “Novo Mundo”; somos fruto de uma existência premeditada, imaginada e projetada pelo outro. (PAZ, 127).

As relações estabelecidas entre Portugal e Brasil no período analisado é marcada por um conjunto de discursos e ações que configuram um movimento de proximidade e também de distanciamento. Essa dinâmica revela a importância da tradição cultural lusa no Brasil e o papel marcante do Brasil na História de Portugal.

Refletir acerca dessas proximidades e distanciamentos evidenciados nas representações construídas pela diplomacia e as publicações mencionadas, permite vasculhar os estereótipos e preconceitos que as elites brasileira e portuguesa recorreram para entender a sua própria formação como nação em busca das suas raízes e influências culturais.

#### 5. Refências Bibliográficas e fontes

ALVES, Jorge Luís dos Santos. *Imigração e Xenofobia nas Relações Luso-Brasileiras (1890-1930)*. Dissertação de Mestrado em História, Rio de Janeiro - Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 1999.

CATROGA, Fernando. *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*. 2ª ed., Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*, vol. VI. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

ROSAS, Fernando. *Portugal Século XX (1890-1976): Pensamento e Acção Política*. Lisboa: Ed. Notícias, 2004.

SARAIVA, Arnaldo. *Modernismo Brasileiro e Modernismo Português: subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

PAZ, Octavio. “Literatura de Fundação”, p. 127. Citado em SOUZA, Octávio. *Fantasia do Brasil: as identificações na busca da identidade nacional*. São Paulo: Escuta, 1994, p. 24.

## 5.1. Referência das Fontes citadas

*Atlântida* (1915-1920)

CORREIA, Rita. Ficha Histórica: *Atlântida* - mensário artístico, literário e social para Portugal e Brasil. Disponível no endereço electrónico: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Atlantida/Atlantida.pdf>, 19 de Fev. de 2008.

D'OLIVEIRA, Alberto, “Os Portuguezes no Brasil”. In: RIO, João do, pseud.; BARROS, João de, dir., *Atlantida: mensário artístico e social para Portugal e Brazil*. Lisboa: Pedro Bordallo Pinheiro, n.º 3, 1915, pp. 195-204. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Atlantida/Atlantida.htm>

*Gil Blas* (1919-1923)

“Brasil, paiz autonomo - Abaixo a utopia da Confederação Luso-Brasileira!”, in: *Gil Blas*, n.º. 19, 19/6/1919, p. 2.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (A.H.M.N.E.), Lisboa

“Relações Políticas de Portugal com o Brasil, 1919-1922”, In: Direcção Geral dos Negócios Políticos, 1919-1936 - A.H.M.N.E. Cota: 3º P., A. 12, M. 310.